

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL- EaD

FERNANDO DE SÁ OLIVEIRA JÚNIOR

MARIA LÚCIA PEREIRA DOS SANTOS SILVA

**GESTÃO EDUCACIONAL E A EMERGÊNCIA DE UMA ABORDAGEM HISTÓRICA:
ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA E CAMINHOS POSSÍVEIS (1996-2024).**

DELMIRO GOUVEIA-AL

2025

FERNANDO DE SÁ OLIVEIRA JÚNIOR

MARIA LÚCIA PEREIRA DOS SANTOS SILVA

**GESTÃO EDUCACIONAL E A EMERGÊNCIA DE UMA ABORDAGEM HISTÓRICA:
ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA E CAMINHOS POSSÍVEIS (1996-2024).**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado à Banca Examinadora do Curso de Pós-graduação Gestão Educacional, pela Universidade Federal de Alagoas –*Campus* do Sertão, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em gestão educacional.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Ricardo de Lima

DELMIRO GOUVEIA - AL

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL CAMPUS DO SERTÃO
COORDENADORIA INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CIED
PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos dias 29 do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às 08:30, sob a presidência da professor Dr. Marcos Ricardo de Lima, reuniu-se em sessão pública, realizada à distância em plataforma digital do governo federal (RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) ou plataforma gratuita Google Meet, a Banca Examinadora de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tipo artigo científico intitulado “Gestão educacional e a emergência de uma abordagem histórica: Análise bibliográfica e caminhos possíveis (1996- 2024)”, dos alunos Fernando de Sá Oliveira Júnior e Maria Lúcia Pereira dos Santos Silva, requisito obrigatório para conclusão do Curso de pós-graduação em Gestão Educacional, assim constituída: Prof. Dr. Marcos Ricardo de Lima e Prof. Esp. Marcus Swell Brandão Menezes. Iniciados os trabalhos, foi dado a cada examinador/a um período máximo de 30 (trinta) minutos para a arguição dos candidatos. Terminada a defesa do trabalho, procedeu-se ao julgamento final. Apuradas as notas, os candidatos foram considerados APROVADOS com média geral 10,0 (DEZ INTEIROS). Nesta ocasião a presente ata (original) assinada também deve ser entregue à Coordenação. Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados para a lavratura da presente ata, que depois de lida foi assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

Delmiro Gouveia-AL, 29 de março de 2025.

Orientador/a



Documento assinado digitalmente
MARCOS RICARDO DE LIMA
Data: 05/04/2025 12:49:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dr. Marcos Ricardo de Lima



Documento assinado digitalmente
MARCUS SWELL BRANDAO MENEZES
Data: 05/04/2025 20:51:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1º Examinador/a Prof. Esp. Marcus Swell Brandão Menezes

FOLHA DE APROVAÇÃO

FERNANDO DE SÁ OLIVEIRA JÚNIOR
MARIA LÚCIA PEREIRA DOS SANTOS SILVA

GESTÃO EDUCACIONAL E A EMERGÊNCIA DE UMA ABORDAGEM
HISTÓRICA: ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA E CAMINHOS POSSÍVEIS (1996- 2024).

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à
banca examinadora do curso de Pós-graduação
em Gestão Educacional da Universidade Federal
de Alagoas e aprovada em 29 de março de 2025.



Documento assinado digitalmente

MARCOS RICARDO DE LIMA

Data: 23/04/2025 11:16:35-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Orientador – Prof. Dr. Marcos Ricardo de Lima

Banca examinadora: 1



Documento assinado digitalmente

MARCUS SWELL BRANDAO MENEZES

Data: 24/04/2025 11:24:02-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

GESTÃO EDUCACIONAL E A EMERGÊNCIA DE UMA ABORDAGEM HISTÓRICA: ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA E CAMINHOS POSSÍVEIS (1996-2024)

Fernando de Sá Oliveira Júnior (UFAL)

fjunior.oli@hotmail.com

Maria Lúcia Pereira dos Santos Silva (UFAL)

iupmaria@hotmail.com

RESUMO

Esta pesquisa nasce a partir das reflexões dos autores acerca da experiência no Curso de Licenciatura em História na Universidade Federal de Alagoas-UFAL. O objetivo deste estudo é analisar as recentes compreensões acerca do âmbito escolar como um local idealizado, discutir as áreas de atuação da gestão educacional e os diferentes paradigmas de organização escolar, e ainda problematizar a trajetória do modelo escolar no Brasil, desde o ano de 1996 até a contemporaneidade. A pesquisa constitui-se em uma investigação com abordagem qualitativa de cunho bibliográfico, que busca a contextualização da organização escolar brasileira, averiguando a estrutura da gestão escolar, passando ainda pela trajetória educacional através de documentações e momentos históricos relevantes para a educação. Através das análises das obras e utilizando o método Histórico-Crítico, constata-se que a gestão educacional foi se constituindo no Brasil em um processo complexo e multifacetado. Sendo assim, é necessário considerar as transformações ao longo da história.

Palavras-chave: gestão; momentos históricos; educação; licenciatura.

ABSTRACT

This research is based on the authors' reflections on their experience in the History Degree Course at the Federal University of Alagoas (UFAL). The objective of this study is to analyze recent understandings of the school environment as an idealized place, discuss the areas of activity of educational management and the different paradigms of school organization, and also problematize the trajectory of the school model in Brazil, from 1996 to the present day. The research consists of an investigation with a qualitative approach of bibliographic nature, which seeks to contextualize the Brazilian school organization, investigating the structure of school management, and also examining the educational trajectory through documentation and historical moments relevant to education. Through the analysis of the works and using the Historical-Critical method, it is clear that educational management has been established in Brazil in a complex and multifaceted process. Therefore, it is necessary to consider the transformations throughout history.

Keywords: management; historical moments; education; degree.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem-se bastante discutido o âmbito educacional, muitas informações sobre o assunto, contudo, trata-se de análises que carecem de uma opinião crítica embasada em pressupostos sólidos. Por conta disso, é que este estudo se preocupa justamente em enxergar este assunto através de várias nuances e sem considerar um passado como um “lugar” simplesmente da glória.

Para isso, escolhemos exemplificar aqui através de três perspectivas, a primeira chamada de *a-histórica*, em que a escola é vista como uma organização que sempre existiu, entretanto, sua estrutura não se modificou e tão pouco modificará, conforme ressalta Lombardi (2006) que se trata de uma mera ideia fora do tempo.

A segunda perspectiva se trata da *anacrônica*, a mesma considera a escola do passado como sendo melhor, quanto à estrutura, à disciplina e à organização em si. Desse modo, evoca-se o discurso e a memória para que possamos refletir se realmente trata-se de uma instituição que apenas em seu passado teríamos um momento qualitativamente superior.¹

Por fim, a terceira: *visão idealizada* se trata de uma imagem do espaço escolar como semelhante a uma sociedade ideal, neste caso uma maneira distorcida, ou simplesmente uma forma de enxergar abstratamente, sendo as coisas ou a própria realidade tal como elas são, muito difícil ou impossível.

Sendo assim, tais visões são apenas um extrato de tantas maneiras de se enxergar a escola. Deste modo, nosso estudo lança o seguinte problema: Quais as razões de se considerar o passado sempre como algo superior? Desconsiderando as transformações históricas no âmbito educacional e cometendo os chamados anacronismos.

Assim, como objetivo geral, pretende-se analisar as recentes compreensões acerca do âmbito escolar como um local idealizado, além de discutir as áreas de atuação da gestão educacional e os diferentes paradigmas de organização escolar, e ainda problematizar a trajetória do modelo escolar no Brasil, desde o ano de 1996 até a contemporaneidade.

¹LOMBARDI, José Claudinei. A importância da abordagem histórica da gestão educacional. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, p. 11-19, ago, 2006, p.12.

Nosso intuito aqui é justamente possibilitar a contextualização da organização escolar brasileira, averiguando a estrutura da gestão escolar, passando ainda pela trajetória educacional através de documentações e momentos históricos relevantes para a educação.

Com isso, as transformações históricas e demais questões já destacadas serão analisadas através do método histórico-crítico, uma vez que ele foi definido inicialmente como método exegetico, ou seja, usado na análise diacrônica da Bíblia. Ademais, o que o método histórico-crítico faz, na verdade, conferir uma epistemologia própria à crítica, ao método e à história.²

Por conta disso, destacamos que o método histórico-crítico é eficaz para este estudo por conta da verificação que busca, através da ciência, ao fazer de um texto, e neste caso documentação e estudos bibliográficos já publicados, um “caminho” a ser analisado minuciosamente.

A formulação mais clara dos pressupostos deste método, provavelmente teriam sido elaborada por Ernst Troeltsch, por volta do século XIX, sendo necessário frisar que seus estudos contribuem com discussões que teriam sido elaboradas há mais tempo.³

Este método, então, nos auxilia a refletir sobre como vem ocorrendo a sistematização do sistema escolar, sem romantizar o passado e observando esta trajetória de maneira a se conduzir uma escola pautada na coletividade e na participação de todos e todas os envolvidos neste processo. Para isso, conforme a primeira seção deste estudo, podemos raciocinar acerca da trajetória educacional no Brasil.

²SCHMITT, Flávio. Método histórico- crítico: um olhar em perspectiva. *Estudos Teológicos*. São Leopoldo, v.59, n.02, p. 325-339, jul-dez, 2019, p. 327.

³Idem, p. 333.

2. BREVE HISTÓRICO ACERCA DA TRAJETÓRIA EDUCACIONAL

Tendo como direito fundamental à educação, sendo ainda um direito fundamental e vinculado ao princípio da dignidade da pessoa humana, segundo o artigo 1º, inciso III da Constituição, trata-se de um fundamento do Estado Brasileiro. Nesse sentido, para entender como se deu este processo e refletir acerca no âmbito educacional brasileiro, antes de tudo, é necessário resgatar o contexto histórico, político e social de alguns pontos específicos.⁴

Inicialmente, conforme atesta Maria Cristina Teixeira, é primordial destacar a Constituição de 1824, em que temos a ascensão do liberalismo e do positivismo nos campos científicos e filosóficos. Sobre o texto constitucional em que menciona a educação, temos, por exemplo, no artigo 179, XXXII e XXXIII. Temos a garantia do ensino primário aos cidadãos, é importante observar aqui, como este processo deveria ocorrer preferencialmente, executado pela família ou pela Igreja Católica.⁵

Já com a Constituição de 1891, momento em que se tem a Proclamação da República e uma nova fase do Direito Constitucional no país, temos assim uma distinta maneira de governo e estado, agora com a República Federativa. Nos artigos 35 e 72 temos a menção quanto ao direito à educação, uma vez que temos aqui uma descentralização e concentração das atividades educacionais da União e dos estados, e separação entre Estado e Igreja no quesito educacional.⁶

O direito à educação na Constituição de 1934, que estava presente no artigo 5º, XVI, 148, 149 a 158, temos especificamente o artigo 149, caracterizando-o como direito subjetivo público, e neste caso a criação do Conselho Federal de Educação, que assume a atribuição de elaborar o Plano Nacional de Educação e que, por conseguinte, deveria ser analisado e aprovado pelo Poder Legislativo.⁷

A Constituinte de 1937 traz em seu artigo 129 a distinção entre as escolas que eram para as elites e as demais voltadas para os indivíduos menos favorecidos. Temos neste momento a gratuidade do ensino primário e sendo obrigatória a

⁴TEIXEIRA, Maria Cristina. O direito à Educação nas Constituições Brasileiras. *Revista da Faculdade de Direito*. Universidade Metodista de São Paulo, 2008, p. 147.

⁵Idem.

⁶TEIXEIRA, Maria Cristina. op. cit. p. 148.

⁷Idem, pp. 155-156.

disciplina de educação física, além do ensino cívico e os trabalhos manuais. Já a Constituição de 1946, refletiu o momento histórico e social do país, ou seja, a Segunda Guerra Mundial. Podemos destacar no âmbito educacional a discussão do financiamento a partir da criação de impostos.⁸

No ano de 1967, temos na Constituição o artigo 168, em que se estabelecem os princípios da educação e da legislação de ensino. Além disso, a gratuidade do ensino superior ao primário seria substituída pela concessão de bolsas, sempre que possível.

Finalmente, a Constituição de 1988, conforme salienta Teixeira, trata-se da mais pródiga em relação a direitos fundamentais. Nesse sentido, a educação encontra-se relacionada nos direitos sociais como “caput” do artigo 6º; destacamos como exemplo o artigo 208, em que se tem como dever do Estado, a educação e as garantias como o ensino fundamental obrigatório e gratuito.⁹

Desse modo, observamos como, desde a década de 1970, com as lutas dos movimentos sociais, o que reverberou nas constituintes apresentadas, uma educação com uma nova efervescência intelectual no Brasil. Além disso, a educação desde o período destacado até a década de 1990 enfrenta pressões conjunturais, que se dão nos processos de abertura democrática, lutas sindicais e primeiros influxos neoliberais da economia e da atividade humana.¹⁰

Por isso, é necessário considerar a efervescência ressaltada acima, a mesma como fruto ainda de uma democratização e anistia política. Nesse sentido, vale ressaltar que os trabalhos da Constituinte de 1988, foram aprofundados além do que já foi mencionado, também por conta do movimento das *Diretas Já*.¹¹

Da mesma forma, temos nessa efervescência política a presença da gestão educacional, no sentido da intervenção ocasionada pela comunidade científica e também de cunho social, já que se tinha naquele momento a organização dos movimentos para reforma educacional, que defendia a valorização do magistério, a escola pública, assim como a gestão democrática e os pressupostos que culminaram

⁸TEIXEIRA, Maria Cristina. op. cit. pp. 157-158.

⁹Idem, p.163.

¹⁰SANDER, Benno. Gestão educacional. Concepções em disputa. *Revista Brasília*, v. 3, n. 4, p. 69-80, jan./jun. 2009, p. 72.

¹¹Idem, p. 73.

com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases Nacional de 1996 (Lei n.º 9.394, de 1996) e também mais tarde, a aprovação do Plano Nacional de Educação em 2001.¹²

Antes disso, a partir do ano de 1989, temos a aproximação do governo brasileiro com os preceitos do neoliberalismo, uma vez que se tem um conjunto de contingências que seriam implementadas pelos governos, com o intuito de ajustar a atuação do país devedor, e para isso introduzindo nas instituições públicas sociais os princípios que seriam equivalentes a uma conduta de livre mercado.¹³

Vale frisar que, na década de 1990, temos no âmbito escolar duas formas de administração escolar acontecendo simultaneamente. A *gerencialista-empresarial* é proveniente das concepções dos grupos financeiros do exterior, que propuseram uma organização racional-empresarial para os serviços públicos e que tinham como ideia uma visão de neutralidade técnica, seguida de competitividade e racionalidade.

A concepção *democrático-popular*, por sua vez, reunia forças heterogêneas internas e surge dos movimentos sociais populares. O termo *gestão democrática*, inclusive, é cunhado durante a disputa de projetos, na elaboração da Constituição Federal do Brasil de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta designação surge como um princípio para a educação, uma forma de se politizar as práticas e ações do ato administrativo no âmbito da escola pública.¹⁴

Ainda na década de 1990 temos a atuação do Banco Mundial, através dos acordos financeiros com o Brasil, ocorrendo o financiamento de projetos para a educação básica de maneira compartilhada com grupos do governo federal e também na rede estadual. Com isso, o governo no Brasil teve de se dispor do estilo de gerir educação pelos diretores, consultores e técnicos do Banco Mundial, implicando assim em modificações financeiras e administrativas.

Contudo, os projetos encontram-se em dificuldade de serem executados, destoando do planejamento escolar por conta da rigidez das normas que são fixadas no acordo de empréstimo com o Banco Mundial. Temos então neste momento uma

¹²Idem.

¹³SILVA, Maria Abádia da Silva. Pressões externas na educação básica Dissensos e gestão. *Revista Retratos da Escola, Brasília*, v. 3, n. 4, p. 95-106, jan./jun. 2009, p. 99. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

¹⁴Idem, p. 100.

disputa e o terreno fértil para as transformações nos espaços públicos, principalmente no âmbito escolar.¹⁵

¹⁵Idem, pp. 102-103.

3. ÂMBITO EDUCACIONAL: AVANÇOS E REFLEXÕES NO BRASIL

De acordo com as discussões estabelecidas até aqui nesta pesquisa, ficou evidente como a educação no Brasil passou por eminentes transformações, desde o currículo até as políticas públicas, além do currículo e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento este que permite destaque das habilidades e conteúdos que o alunado deve possuir no decorrer da vida escolar.

Por conseguinte, é necessário ressaltar que, através das políticas, temos objetivos distintos para a educação nacional. Nisso, temos em 1996, a promulgação da Lei nº 9394, em que houve uma nova visão da administração escolar, com críticas ao seu modelo tecnocrático. É inegável ressaltar, conforme vimos na seção anterior deste estudo, que o grande avanço no sistema escolar do Brasil foi justamente a obrigatoriedade do ensino fundamental e médio gratuito ofertado por estados e municípios.¹⁶

Além disso, a combinação entre a Carta Magna e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) oferece subsídios legais para que aconteça uma educação de qualidade no Brasil, viabilizando a formação social do indivíduo e assim forjando um pensamento crítico, ideológico e consciente.

A década de 1990, assim como as anteriores, possui uma eminente contribuição para o avanço no âmbito educacional; Neste momento é que temos a reforma do Estado e da gestão, centrada na minimização do papel do Estado diante das políticas públicas.

A educação no governo Fernando Henrique Cardoso sofreu mudanças para atender os anseios dos neoliberais, ou seja, a função social da escola como formadora de indivíduos capazes de adentrar o mercado de trabalho, favorecendo assim a exigência dos interesses econômicos.¹⁷

Nesse sentido, como nos propomos neste trabalho a refletir acerca da constituição da gestão educacional, é preciso destacar como neste contexto neoliberal temos a gestão gerencial que vai de encontro com os princípios da gestão

¹⁶SANTOS, Eduardo Leite de Oliveira/ PALMEIRA, Lana Lisiêr de Lima. *A implementação da gestão democrática na escola pública brasileira In: Os (des)caminhos da escola pública: os seus percursos frente a uma retomada democrática*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023, p. 145.

¹⁷Idem, p. 155.

democrática, já que descentraliza o poder do Estado, além de racionalizar os recursos e a responsabilidade da comunidade escolar.

Além disso, neste momento se tem de maneira bastante feroz a administração tecnicista, embora seja necessário ressaltar que este fato vem ocorrendo desde 1930, tendo em vista que desde este período se tem uma discussão da urgência da participação da comunidade, especificamente sobre as decisões em torno do âmbito escolar.¹⁸

Nesse sentido, o espaço escolar vai adquirindo um caráter distinto, uma vez que é justamente através do mesmo que temos o processo de construção de uma sociedade democrática. É na escola também que é possível superar as desigualdades sociais e contribuir para a transformação social de grupos que se encontram em uma situação de vulnerabilidade social.

A escola pública então vai se constituindo no Brasil como um âmbito financiado por todos e conseqüentemente para atender ao interesse também de toda a comunidade. Neste debate, não poderíamos deixar de pontuar como a democracia funciona como uma ação educativa, um item norteador neste assunto é justamente a necessidade de um redirecionamento na organização da estrutura do âmbito escolar e, para isso, um eficaz mecanismo é a *Gestão Democrática*.¹⁹

Antes de tudo, conforme chamam a atenção Drabach e Souza (2014), não podemos deixar de considerar que a gestão escolar trata-se de um fenômeno político, pois lida com disputas de poder, e o fato de saber lidar com isto é que se pode dar a gestão um caráter democrático.

Para que se tenha a construção de uma gestão democrática de fato na escola, deve-se adotar, por conseguinte, métodos democráticos e que assim possam orientar o cotidiano escolar.

Neste caso, destacamos a eleição de diretores na escola, a construção coletiva do projeto político pedagógico, além do desenvolvimento do conselho escolar, tudo isso potencializa o desenvolvimento da gestão democrática no âmbito escolar, apesar de que somente tais instrumentos não são capazes de garantir o acontecimento da

¹⁸DRABACH, Nadia Pedrotti/ SOUZA, Ângelo Ricardo de. Leituras sobre a gestão democrática e o “gerencialismo” na/da educação no Brasil. *Revista Pedagógica*, v. 16, n.33, jul/dez, 2014, p.07.

¹⁹Idem, p. 08.

democracia, contudo, sem os mesmos seria ainda mais difícil.²⁰

Por conseguinte, o que fica evidente é que, neste processo de avanços e retrocessos na educação do Brasil, quanto mais temos o envolvimento da sociedade e dos seus atores no processo educacional, maior será então o potencial de participação em outras decisões referentes ao âmbito educacional.

Em nossa próxima seção, o debate norteador será perceber as mudanças e transformações referente à gestão educacional como um todo, passando assim pela discussão nas perspectivas de gerir democraticamente e de modo gerencial, e neste caso utilizaremos o método histórico-crítico para analisar como ocorreram as transformações históricas no âmbito educacional, e por fim o modo como a sociedade em si considera neste processo sempre o passado como algo superior.

²⁰Idem, p.09.

4. O MÉTODO HISTÓRICO-CRÍTICO, A GESTÃO EDUCACIONAL E AS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS

Para se discutir a gestão educacional, é necessário, antes de tudo, entender o termo *gestão*, o qual possui origem latina (*gerere*), o significado associado a governar, dirigir. Já no termo português temos o entendimento da ação de gerir, referente às capacidades das pessoas.²¹

De acordo com Silva (2007), uma parcela da sociedade entende a *gestão* como uma função burocrática, desprovida de um cunho humanizador, e sim voltada ainda para uma orientação de planejamento. (Silva, 2007, p.23)

É necessário pontuar ainda que *gestão* nos lembra a *gestação*, o ato de gerir, de poder dar a vida. Além disso, no sentido educacional, então temos uma discussão acerca de uma escola que possa ser mais encorajadora, mais justa. Desse modo, aqui o conceito de *gestão* extrapola o que diz respeito à ação de administrar e gerir.

Assim, percebemos que o conceito de *gestão* parte muito da administração, uma vez que a mesma se divide em três blocos históricos: teorias tradicionais de gestão, teorias modernas de gestão e teorias emergentes de gestão. Ainda que tais teorias sejam provenientes da administração de modo geral, é possível observar os resquícios dessas no âmbito escolar, e, por conseguinte, na gestão educacional.²²

De acordo com o viés pedagógico contemporâneo, a gestão educacional envolve todos os níveis da organização escolar, referente à qualidade do ensino, à capacidade do alunado, assim como a formação de sujeitos críticos, e o trabalho docente instiga a autonomia dos e das educandos/das.²³

Assim, a gestão educacional é formulada como um processo em coletivo, tendo como base o planejamento, a organização e o desenvolvimento, sendo assim um novo desafio no âmbito educacional. Além disso, busca-se quebrar os paradigmas tradicionais não apenas na educação básica, e sim o modo de enxergar a sociedade

²¹SILVA, Josias Benevides da. Um olhar histórico sobre a gestão escolar. *Educação em Revista*, Marília, 2007, v.8 n.1, p. 21-34, p. 22.

²²Idem, p.23.

²³REIS, Lenilda Molina Guerreiro. op. cit. p. p. 191.

que não é ensinada a manter uma relação com o âmbito escolar, o que mantém assim uma gestão escolar individual e categoricamente excludente.²⁴

Desse modo, cabe ressaltar conforme Reis (2007), que é necessário no âmbito escolar uma *gestão* que seja participativa, que seus princípios sejam constituídos de uma sociedade democrática de fato, em que os indivíduos participem nas decisões, assim como temos os parâmetros da democracia cotidiana.²⁵

Para analisar os modelos de gestão e entender um pouco da crítica que realizamos aqui, utilizamos, conforme já pontuado, o método histórico-crítico²⁶, que é resultado então de uma origem com influência de um contexto histórico que estava em mudança, referindo-se aqui à Baixa Idade Média, final do século XV, um momento em que temos a preponderância do racionalismo filosófico. Além disso, este método absorve da primeira modernidade o ceticismo francês, além do questionamento em relação ao divino, seguido dos pressupostos dogmáticos e metodológicos.²⁷

Partindo deste método então, já destacamos que o espaço escolar é influenciado por interesses sociais, políticos e econômicos. Entretanto, o que se deve levar em consideração são os significados da vida escolar. Assim, pontuamos que na escola temos modelos distintos de gestão, entre eles podemos destacar as concepções técnico-científica e sócio-crítica.²⁸

Segundo Libâneo (2009) a concepção técnico-científica diz respeito a uma visão burocrática e técnica do âmbito escolar, em que a direção é centralizada em uma pessoa, assim como as decisões ocorrem de cima para baixo. Já a segunda concepção é dividida em quatro modelos e ~~que~~ tem como intuito a hierarquização na organização das instituições quanto aos procedimentos administrativos.

Referente aos quatro modelos da concepção sócio crítica, temos assim o paradigma *técnico-científico*, em que existe uma hierarquização na organização das

²⁴Idem, p.192.

²⁵REIS, Lenilda Molina Guerreiro. op. cit. p. p. 191.

²⁶Faz-se necessário destacar que o termo que utilizamos aqui método Histórico-Crítico não se pode confundir com os postulados na Escola de Demerval Saviani, uma vez que o autor no Brasil discute a partir do método dialético no processo didático-pedagógico, por sua vez lança mão o ideário histórico-crítico.

²⁷SCHMITT, Flávio. Método histórico- crítico: um olhar em perspectiva. *Estudos Teológicos*. São Leopoldo, v.59, n.02, p. 325-339, jul-dez, 2019, pp. 328-329.

²⁸Idem, p. 193.

instituições, especificamente quanto aos procedimentos administrativos. O modelo *autogestionário* é fundamentado pela responsabilidade coletiva e a participação de todos e todas quanto às decisões.

O modelo *interpretativo* tem como característica fulcral um âmbito escolar com uma realidade social subjetivamente construída e que privilegia a sistematização com valores e práticas que são compartilhadas numa ação que valoriza as percepções subjetivas do caráter humano.

E por fim, o modelo *democrático-participativo*, que define assim a equipe escolar como um todo, com um caráter sociopolítico e pedagógico, em que se articulam as atividades de direção através de uma iniciativa das pessoas da escola, um processo em que todos e todas acompanham e estão no desenvolvimento das avaliações sistemáticas (Libâneo, 2009, p.327).

Com isso, observamos a complexidade do âmbito escolar e o modo de sua constituição. Além disso, com as reflexões até aqui, é possível já desmistificar que ocorrem inúmeras transformações neste espaço, o que leva à nossa questão problema, de que não se pode considerar o passado como um “lugar” efetivamente superior, sem desconsiderar as transformações históricas.

Nesse sentido, o foco aqui é observar o âmbito educacional, para isso, utilizamos o método histórico crítico para averiguar as potencialidades e falhas de cada um dos modelos citados anteriormente.

Dessa forma, através deste método, cabe ressaltar como não podemos “eleger” de fato um modelo educacional como correto, pois mesmo aqueles mais democráticos e constituídos de uma intenção humanizadora são passíveis de crítica.

A gestão educacional, por exemplo, tema deste estudo, nasce a partir de concepções ligadas ao gerenciamento, embora atualmente se tenha um paradigma mais voltado para a transformação não apenas do espaço escolar, mas também levando em consideração a comunidade em que está inserida e a sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se observa, a gestão educacional foi se constituindo no Brasil em um processo complexo e multifacetado. Diante do que foi discutido neste estudo, percebemos que é necessário considerar as transformações ao longo da história.

Assim, a configuração de gestão educacional foi sendo determinada a cada período, sendo os agentes responsáveis por estas transformações—cada um de nós que compõem a sociedade, uma vez que é possível a construção de uma educação mais democrática, visando a escola como uma instituição que oportuniza a criação de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, André de Melo. A verdade da crítica: o método histórico crítico de August Ludwig (Von) Scholzer e o padrão histórico dos juízos. *hist.historiogr*, Ouro Preto, n.18, 2015, p. 93-109.

BEZERRA, Antonio Alves. (org) *Formação de professores e combates pelo ensino de História*- Curitiba: CRV, 2022.

BAUMGARTEN, Lídia. (org) *História uma disciplina sob suspeita*- Curitiba: CRV, 2020.

DRABACH, Nadia Pedrotti/ SOUZA, Ângelo Ricardo de. Leituras sobre a gestão democrática e o “gerencialismo” na/da educação no Brasil. *Revista Pedagógica*, v. 16, n.33, jul/dez, 2014.

LIBÂNEO, J. C. **Concepções e práticas de organização e gestão da escola: considerações introdutórias para um exame crítico da discussão atual no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

LOMBARDI, José Claudinei. A importância da abordagem histórica da gestão educacional. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, p. 11-19, ago, 2006.

REIS, Lenilda Molina Guerreiro. Um olhar sobre a gestão educacional no contexto histórico. *Revista Ensino de Ciências e Humanidades- Cidadania, Diversidade e Bem estar*, ano 1, vol 1, jul-dez, 2017, p.186-195.

SANDER, Benno. Gestão educacional. Concepções em disputa. *Revista Brasília*, v. 3, n. 4, p. 69-80, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

SANTOS, Eduardo Leite de Oliveira/ PALMEIRA, Lana Lisiêr de Lima. *A implementação da gestão democrática na escola pública brasileira In: Os (des)caminhos da escola pública: os seus percursos frente a uma retomada democrática.* São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

SCHMITT, Flávio. Método histórico- crítico: um olhar em perspectiva. *Estudos Teológicos*. São Leopoldo, v.59, n.02, p. 325-339, jul-dez, 2019.

SILVA, Josias Benevides da. Um olhar histórico sobre a gestão escolar. *Educação em Revista*, 2007, v.8, p.21-34.

SILVA, Maria Abádia da Silva. Pressões externas na educação básica *Dissensos e gestão. Revista Retratos da Escola, Brasília*, v. 3, n. 4, p. 95-106, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

TEIXEIRA, Maria Cristina. O direito à Educação nas Constituições Brasileiras. *Revista da Faculdade de Direito*. Universidade Metodista de São Paulo, 2008.